

Em parceria com outros órgãos, BC lança a Iniciativa de Mercado de Capitais

06

Junho
2019

Publicado
às 15:53
Atualizado
12/06 às
14:27

A Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK) é uma ação estratégica do governo federal voltado para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. A informação foi dada pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, no lançamento da IMK na última segunda-feira (3), em São Paulo. A ação tem o objetivo de avaliar e propor medidas de aperfeiçoamento regulatório para reduzir o custo de capital no Brasil; estimular o crescimento da poupança de longo prazo e da eficiência da intermediação financeira e do investimento privado; e desenvolver os mercados de capitais, de seguros e de previdência complementar.

Sob coordenação do BC, também fazem parte da IMK representantes do Ministério da Economia, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Representantes de outros órgãos públicos e do setor privado também poderão ser convidados a contribuir.

As medidas da IMK se inserem no conjunto de reformas estruturais do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que o BC vem implementando por meio da [Agenda BC#, divulgada na semana passada](#).

“Além dos assuntos que já vinham sendo tratados, nossos esforços serão voltados à modernização e à ampliação do ecossistema de instrumentos de *private equity*, do mercado imobiliário, de *hedge*, do mercado de derivativos, além de produtos de seguradoras, entre outros”, afirmou o presidente do BC.

Agenda de curto prazo

Campos Neto destacou seis ações de curto prazo prioritárias na agenda da IMK, a serem entregues nos próximos quatro meses, para o aperfeiçoamento regulatório dos mercados financeiros: criação de *sandbox* regulatório, com comunicado conjunto sobre os princípios e subsequente publicação de regulação específica pelos reguladores integrantes da IMK; aperfeiçoamento da regulação para melhor utilização de imóveis como colateral nas operações de crédito; expansão da base de dados de informações de crédito e criação de indicadores de capitalização de mercado, conforme divulgado no [Relatório de Economia Bancária \(REB\)](#); aperfeiçoamento dos mecanismos de oferta de *hedge* cambial pelo mercado financeiro; revisão regulatória acerca da emissão de dívida doméstica em moeda estrangeira por companhias não-financeiras e regulamentação da nota comercial (título corporativo semelhante à nota promissória).

“Um mercado de capitais amplo e diversificado é fundamental para o desenvolvimento econômico”, complementou. Para ele, é preciso simplificar e desburocratizar o acesso aos mercados financeiros para todos, tratando o capital homogeneamente, independentemente de sua procedência. “Estou convicto de que o esforço conjunto dos órgãos de governo, em colaboração com representantes da sociedade, nos permitirá avançar na modernização de nosso mercado de capitais, com reflexos positivos nos ganhos de eficiência e produtividade e no crescimento de longo prazo da economia brasileira. E assim poderemos contribuir para o desenho de um país melhor, fundado no livre mercado”.

O presidente do BC apontou, ainda, que era importante focar não apenas na agenda macro, mas também na agenda micro. Ele destacou alguns avanços nesse aspecto, como a aprovação do cadastro positivo e a simplificação e modernização do mercado de câmbio, assim

como mudanças nas regras do mercado imobiliário.

Trabalho conjunto

De acordo com o secretário-especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, é preciso trazer o setor privado para a economia na magnitude e nos impactos que lhe são devidos, uma vez que, para ele, o mercado de capitais se encontra hoje aquém do seu potencial. “Essa nova iniciativa traduz o que queremos. Com a coordenação conjunta do BC e do Ministério da Economia, temos a possibilidade de avançar solidamente com esse instrumento”.

O secretário destacou ainda algumas medidas prioritárias, que foram objeto de discussão no extinto Grupo de Trabalho sobre Mercado de Capitais (GTMK), como os *green bonds* (finanças verdes), os *social impact bonds*, que contam com uma minuta de decreto presidencial pronta, além daquelas relacionadas à infraestrutura, que contarão com incentivo de captação. “Nossa economia requer medidas rápidas de altíssima efetividade e faremos isso com a máxima eficiência possível”, afirmou.

“Estamos em um momento propício para avançar e fazer muito mais do que foi feito no ano passado. Vamos impulsionar o país para fazer a economia crescer com infraestrutura e investimentos de varejo. Precisamos de alternativas seguras”, ressaltou o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Santos Barbosa. Ele assegurou que a CVM trabalhará nesse esforço de forma construtiva, dialogando no intuito de avançar no arcabouço regulatório do mercado de capitais no país.

Para a superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Solange Paiva Vieira, o esforço coordenado de trabalho é importante para o desenvolvimento de poupança de longo prazo no Brasil, que hoje é muito incipiente. “Nossos esforços serão de aumentar a duração dos investimentos de seguradores e de fundos de pensão”, informou. A superintendente complementou que o setor de seguros tem grande potencial de crescimento pelo que ele pode proporcionar em termos de investimento em longo prazo e ainda não se alcançou o patamar em que poderia estar.

Por fim, o presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Carlos Ambrósio, reforçou o avanço alcançado em relação aos temas elaborados no âmbito do GTMK. "Ainda existe espaço para trabalhar o conjunto de iniciativas para fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais, como a melhora do ambiente do financiamento de longo prazo e de empresas e infraestrutura. Conseguimos ser mais rápidos e eficientes nesse trabalho conjunto", avaliou.